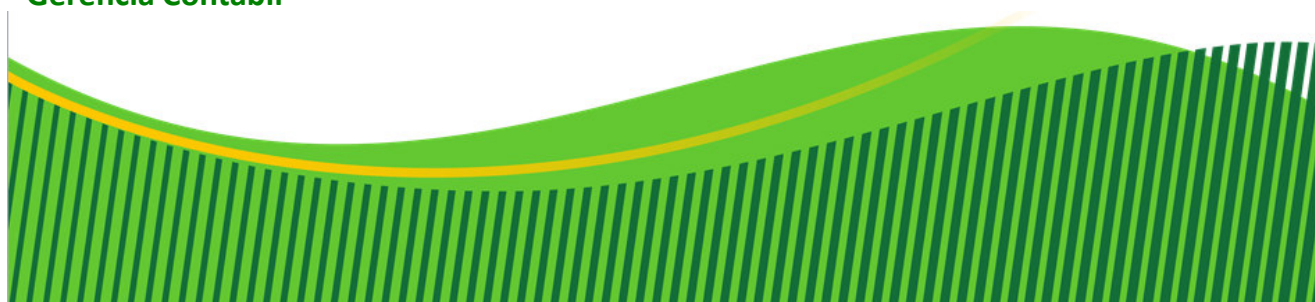


# Relatório Anual 2019

## Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP**  
Mandaguari/PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

### Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	60.500	74.646
Carteira de Crédito *	420.656	655.306
Depósitos	580.000	933.088
Patrimônio Líquido	138.413	155.211
Capital	58.592	54.786
Resultado Antes das Destinações	12.535	30.188
Rentabilidade do PL	9,06%	19,45%

valores em milhares de Reais

\* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP  
CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>951.079</b>	<b>702.954</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>321.103</b>	<b>283.209</b>
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	10.123	6.481	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	143.472	128.231
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		517.375	369.646	Depósitos à Vista		131.410	99.902
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	1	Depósitos a Prazo		12.062	28.329
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		164	118	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		100.346	89.182
Correspondentes no país		116	-	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	5
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	517.095	369.527	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	100.346	89.177
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	368.358	283.115	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.361	1.073
Operações de Crédito		386.816	297.554	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.361	1.073
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(18.458)	(14.439)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	-	6.589
OUTROS CRÉDITOS		50.681	38.975	Empréstimos País - Outras Instituições		-	6.589
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(NOTA 06)	50	101	OUTRAS OBRIGAÇÕES		75.924	58.134
Rendas a Receber		1.414	1.463	Cobrança e Arrecadação de Tributos		289	230
Diversos	(NOTA 06 e 07)	50.013	38.066	Sociais e Estatutárias		12.064	10.221
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 06)	(796)	(655)	Fiscais e Previdenciárias		2.541	1.683
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	4.542	4.737	Diversas	(NOTA 14)	61.030	46.000
Outros Valores e Bens		5.889	6.028				
(Provisão para desvalorização)		(1.376)	(1.324)				
Despesas Antecipadas		29	33				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>363.423</b>	<b>228.935</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>838.188</b>	<b>520.905</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		363.423	228.935	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		838.188	520.905
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	24.703	3.837	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	789.616	493.953
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		24.703	3.837	Depósitos Interfinanceiros		13.921	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	286.948	184.470	Depósitos a Prazo		775.695	493.953
Operações de Crédito		297.296	191.071	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		43.791	22.171
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(10.348)	(6.601)	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	43.791	22.171
OUTROS CRÉDITOS		690	1.008	OUTRAS OBRIGAÇÕES		4.781	4.781
Diversos	(NOTA 06 e 07)	699	1.020	Diversas	(NOTA 14)	4.781	4.781
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 06)	(9)	(12)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	-	5				
Despesas Antecipadas		-	5				
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	20.755	13.077	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>155.211</b>	<b>127.775</b>
Outros Investimentos		20.755	13.077	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	54.786	49.721
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	24.325	19.964	De Domiciliados no País		55.198	49.937
Imóveis de Uso		7.497	7.497	(Capital a Realizar)		(412)	(216)
Outras Imobilizações de Uso		28.700	21.812	RESERVAS DE SOBRAS		94.920	73.856
(Depreciação acumulada)		(11.872)	(9.345)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	6.002	6.574	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		5.505	4.198
Outros Ativos Intangíveis		12.886	11.962				
(Amortização acumulada)		(6.884)	(5.388)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.314.502</b>	<b>931.889</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.314.502</b>	<b>931.889</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP  
CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	(Não auditado)								
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>68.850</b>	<b>-</b>	<b>68.850</b>	<b>130.936</b>	<b>5</b>	<b>130.941</b>	<b>98.209</b>	<b>-</b>	<b>98.209</b>
Operações de Crédito	68.396	-	68.396	130.330	5	130.335	98.001	-	98.001
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	436	-	436	575	-	575	192	-	192
Resultado das Aplicações Compulsórias	18	-	18	31	-	31	16	-	16
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(40.259)</b>	<b>(67)</b>	<b>(40.326)</b>	<b>(72.314)</b>	<b>(122)</b>	<b>(72.436)</b>	<b>(48.209)</b>	<b>(77)</b>	<b>(48.286)</b>
Operações de Captação no Mercado	(25.483)	(67)	(25.550)	(44.985)	(122)	(45.107)	(28.869)	(77)	(28.946)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.005)	-	(4.005)	(7.719)	-	(7.719)	(6.334)	-	(6.334)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.771)	-	(10.771)	(19.610)	-	(19.610)	(13.006)	-	(13.006)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>28.591</b>	<b>(67)</b>	<b>28.524</b>	<b>58.622</b>	<b>(117)</b>	<b>58.505</b>	<b>50.000</b>	<b>(77)</b>	<b>49.923</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(11.610)</b>	<b>4.041</b>	<b>(7.569)</b>	<b>(27.183)</b>	<b>7.046</b>	<b>(20.137)</b>	<b>(25.266)</b>	<b>5.130</b>	<b>(20.136)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	5.624	9.278	14.902	11.006	17.640	28.646	8.738	14.036	22.774
Rendas de Tarifas Bancárias	7.922	-	7.922	14.717	-	14.717	12.168	-	12.168
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(18.997)	(1.665)	(20.662)	(36.145)	(3.218)	(39.363)	(29.897)	(2.794)	(32.691)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(19.454)	(2.593)	(22.047)	(38.628)	(4.817)	(43.445)	(31.556)	(4.279)	(35.835)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(49)	(467)	(516)	(102)	(892)	(994)	(89)	(710)	(799)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	25.504	344	25.848	45.279	(18)	45.261	35.459	384	35.843
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(12.160)	(856)	(13.016)	(23.310)	(1.649)	(24.959)	(20.089)	(1.507)	(21.596)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>16.981</b>	<b>3.974</b>	<b>20.955</b>	<b>31.439</b>	<b>6.929</b>	<b>38.368</b>	<b>24.734</b>	<b>5.053</b>	<b>29.787</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>404</b>	<b>27</b>	<b>431</b>	<b>462</b>	<b>41</b>	<b>503</b>	<b>(119)</b>	<b>57</b>	<b>(62)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>17.385</b>	<b>4.001</b>	<b>21.386</b>	<b>31.901</b>	<b>6.970</b>	<b>38.871</b>	<b>24.615</b>	<b>5.110</b>	<b>29.725</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>(712)</b>	<b>(712)</b>	<b>-</b>	<b>(1.941)</b>	<b>(1.941)</b>	<b>-</b>	<b>(851)</b>	<b>(851)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(424)	(424)	-	(1.209)	(1.209)	-	(488)	(488)
Provisão para Contribuição Social	-	(288)	(288)	-	(732)	(732)	-	(363)	(363)
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(3.778)</b>	<b>-</b>	<b>(3.778)</b>	<b>(6.942)</b>	<b>-</b>	<b>(6.942)</b>	<b>(5.904)</b>	<b>-</b>	<b>(5.904)</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>13.607</b>	<b>3.289</b>	<b>16.896</b>	<b>24.959</b>	<b>5.029</b>	<b>29.988</b>	<b>18.711</b>	<b>4.259</b>	<b>22.970</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.029</b>	<b>(5.029)</b>	<b>-</b>	<b>4.259</b>	<b>(4.259)</b>	<b>-</b>
<b>REVERSÃO DE RESERVAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>200</b>	<b>-</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>-</b>	<b>200</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>13.607</b>	<b>3.289</b>	<b>16.896</b>	<b>30.188</b>	<b>-</b>	<b>30.188</b>	<b>23.170</b>	<b>-</b>	<b>23.170</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(24.683)</b>	<b>-</b>	<b>(24.683)</b>	<b>(18.972)</b>	<b>-</b>	<b>(18.972)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.243)	-	(2.243)	(2.180)	-	(2.180)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.376)	-	(1.376)	(1.049)	-	(1.049)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(20.644)	-	(20.644)	(15.743)	-	(15.743)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(420)	-	(420)	-	-	-
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.505</b>	<b>-</b>	<b>5.505</b>	<b>4.198</b>	<b>-</b>	<b>4.198</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP

CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>44.558</b>	<b>58.113</b>	-	<b>3.420</b>	<b>106.091</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.194	-	-	(3.194)	-
Destinações para reservas	-	-	200	(200)	-
Outras destinações	-	-	-	(26)	(26)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.412	-	-	-	3.412
Baixas de capital	(3.588)	-	-	-	(3.588)
Reversões de reservas	-	-	(200)	200	-
Reversões de reservas	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	22.970	22.970
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.049)	(1.049)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.743	-	(15.743)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.145	-	-	(2.180)	(35)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>49.721</b>	<b>73.856</b>	-	<b>4.198</b>	<b>127.775</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>5.163</b>	<b>15.743</b>	-	<b>778</b>	<b>21.684</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2019</b>	<b>49.721</b>	<b>73.856</b>	-	<b>4.198</b>	<b>127.775</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.969	-	-	(3.969)	-
Destinações para reservas	-	-	200	(200)	-
Outras destinações	-	-	-	(29)	(29)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.067	-	-	-	3.067
Baixas de capital	(4.170)	-	-	-	(4.170)
Reversões de reservas	-	-	(200)	200	-
Reversões de reservas	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	29.988	29.988
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.376)	(1.376)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.644	-	(20.644)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.199	-	-	(2.243)	(44)
Reserva Legal - Doação SFG	-	420	-	(420)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>54.786</b>	<b>94.920</b>	-	<b>5.505</b>	<b>155.211</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>5.065</b>	<b>21.064</b>	-	<b>1.307</b>	<b>27.436</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não Auditado)</b>	<b>52.305</b>	<b>73.856</b>	<b>200</b>	<b>13.092</b>	<b>139.453</b>
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.637	-	-	-	1.637
Baixas de capital	(1.355)	-	-	-	(1.355)
Reversões de reservas	-	-	(200)	200	-
Reversões de reservas	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	16.896	16.896
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.376)	(1.376)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.644	-	(20.644)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.199	-	-	(2.243)	(44)
Reserva Legal - Doação SFG	-	420	-	(420)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>54.786</b>	<b>94.920</b>	-	<b>5.505</b>	<b>155.211</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>2.481</b>	<b>21.064</b>	<b>(200)</b>	<b>(7.587)</b>	<b>15.758</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP  
CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>13.732</b>	<b>27.579</b>	<b>24.633</b>
Resultado do semestre/exercício	16.896	29.988	22.970
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>5.754</b>	<b>10.744</b>	<b>4.609</b>
Provisão para operações de crédito	4.419	7.766	1.753
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	106	51	(63)
Provisão para desvalorização de outros créditos	163	138	272
Depreciação do imobilizado de uso	1.379	2.625	2.264
Amortização do intangível	783	1.496	1.273
Baixas do ativo permanente	19	23	422
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	291	(21)	(271)
Destinações ao FATES	(1.376)	(1.376)	(1.049)
Dividendos SicrediPar	(30)	42	8
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(187.268)</b>	<b>127.266</b>	<b>(18.436)</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(12.951)	(20.867)	(992)
Redução em relações interfinanceiras ativas	8.431	1	32
(Aumento) em créditos vinculados	(64)	(45)	(86)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(17)	(116)	104
(Aumento) em operações de crédito	(118.499)	(195.485)	(168.475)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	28.387	32.785	38.565
(Aumento) em outros créditos	(9.729)	(11.568)	(11.722)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	440	147	(500)
Aumento (Redução) em depósitos	(100.194)	310.905	107.584
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	106	288	(218)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	(6.589)	1.680
Absorção de dispêndios pelo FATES	(173)	(1.050)	(855)
Aumento em outras obrigações	16.995	18.860	16.447
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(164.618)</b>	<b>167.998</b>	<b>9.143</b>
Aquisição de Investimentos	(7.678)	(7.678)	(1.725)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.865)	(7.009)	(4.485)
Aplicações no Intangível	(310)	(925)	(2.966)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(11.853)</b>	<b>(15.612)</b>	<b>(9.176)</b>
Integralização de capital	1.637	3.067	3.412
Baixa de capital	(1.355)	(4.170)	(3.588)
Juros ao capital próprio	(44)	(44)	(35)
Distribuição de Sobras	-	(29)	(26)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>238</b>	<b>(1.176)</b>	<b>(237)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(176.233)</b>	<b>151.210</b>	<b>(270)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	703.451	376.008	376.278
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	527.218	527.218	376.008

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

#### **NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 03/09/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

#### **NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 07 de fevereiro de 2020.

#### **NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

##### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

##### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

### **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

### **d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

### **e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

### **f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

### **g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

### **h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

### **i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

### **j) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

### **k) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

### **l) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

### **m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

### **n) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

#### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	10.123	6.481
Caixa	10.122	6.481
Depósitos bancários	1	-
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	517.095	369.527
Total	527.218	376.008

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

#### NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.703	3.837
DI entre Banco e Cooperativas	24.703	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	3.837
Total não circulante	24.703	3.837

#### NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

#### a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	229.828	192.519	422.347	294.426
Financiamentos	44.408	71.450	115.858	83.184
Financiamentos rurais e agroindustriais	112.580	33.327	145.907	111.015
Carteira total	386.816	297.296	684.112	488.625

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	50	-	50	101
Devedores por compra de valores e bens	367	691	1.058	1.447
Títulos e créditos a receber (i)	43.825	8	43.833	31.341
Total	44.242	699	44.941	32.889

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

#### b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	32	61	-	-
Nível A	0,50	370.326	255.876	1.852	1.279
Nível B	1,00	235.939	163.020	2.358	1.630
Nível C	3,00	72.502	63.639	2.175	1.910
Nível D	10,00	19.359	18.917	1.936	1.892
Nível E	30,00	10.300	4.198	3.090	1.259
Nível F	50,00	3.070	2.435	1.535	1.218
Nível G	70,00	2.868	2.829	2.008	1.980
Nível H	100,00	14.657	10.539	14.657	10.539
Total		729.053	521.514	29.611	21.707

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	2019				2018	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	7.536	69.417	90.052	175.083	342.088	251.580
Rural	360	12.763	99.457	33.327	145.907	111.015
Industrial	436	16.207	14.054	16.997	47.694	38.648
Comércio	1.338	27.238	36.656	39.348	104.580	82.140
Outros Serviços	1.301	25.838	28.405	33.240	88.784	38.131
<b>Total</b>	<b>10.971</b>	<b>151.463</b>	<b>268.624</b>	<b>297.995</b>	<b>729.053</b>	<b>521.514</b>

**d) Concentração das operações de crédito**

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	35.722	4,90	31.920	6,12
50 devedores seguintes	89.604	12,29	67.848	13,01
100 devedores seguintes	88.641	12,16	63.423	12,16
Demais	515.086	70,65	358.323	68,71
<b>Total</b>	<b>729.053</b>	<b>100</b>	<b>521.514</b>	<b>100</b>

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2019	2018
Saldo inicial	21.707	19.682
Constituição de provisão	19.610	13.006
Movimentação de baixados para prejuízo	(11.706)	(10.981)
<b>Saldo final</b>	<b>29.611</b>	<b>21.707</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 5.579 (2018 - R\$ 5.528 ), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 18.811 (2018 - R\$ 17.536 ).

**NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	1.275	1.265
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.219	801
Devedores por compra de valores e bens	367	429
Devedores por depósitos em garantia	1.703	1.869
Impostos e contribuições a compensar	23	419
Títulos e créditos a receber (ii)	43.825	31.339
Cotas de consórcio	34	48
Devedores por convênios	44	37
Operações com cartões	719	822
Pendências a regularizar	105	555
Outros	699	482
<b>Total Circulante</b>	<b>50.013</b>	<b>38.066</b>

Devedores por compra de valores e bens	691	1.018
Títulos e créditos a receber (ii)	8	2
<b>Total não circulante</b>	<b>699</b>	<b>1.020</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**

	2019	2018
Bens não de uso próprio	5.889	6.028
Imóveis	5.547	4.995
Veículos e afins	316	439
Máquinas e equipamentos	10	-
Bens em regime especial	-	594
Outros bens não de uso próprio	16	-
Despesas antecipadas	29	33
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.376)	(1.324)
Total Circulante	4.542	4.737

Despesas antecipadas	-	5
Total não circulante	-	5

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1.376 (2018 - R\$ 1.324) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	16.444	8.766
Sicredi Participações S.A.	4.310	4.310
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	20.755	13.077

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	1.389.012 ON 2.920.671 PN	1.389.012 ON 2.920.671 PN	1 Quotas	1 Quotas	16.444.786 Quotas	8.766.589 Quotas
Percentual de participação	0,41%	0,49%	0,62%	0,62%	5,19%	3,86%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	4.310	4.310	1	1	16.444	8.766

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2019		2018	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	36.197	(11.872)	24.325	19.964
Imobilizações em curso	-	960	-	960	1.992
Terrenos	-	2.325	-	2.325	2.325
Edificações	4%	5.172	(974)	4.198	4.403
Instalações	10%	10.155	(3.146)	7.009	3.736
Móveis e equipamentos de uso	10%	7.331	(2.384)	4.947	3.611
Sistema de comunicação	10%	404	(111)	293	78
Sistema de processamento de dados	20%	7.816	(4.381)	3.435	2.621
Sistema de segurança	10%	1.186	(393)	793	666
Sistema de transporte	20%	848	(483)	365	532

Intangível (i)	12.886	(6.884)	6.002	6.574
Investimentos Confederação	12.886	(6.884)	6.002	6.574

Total	49.083	(18.756)	30.327	26.538
-------	--------	----------	--------	--------

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPOSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			Total	2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	131.410	-	-	131.410	99.902
Depósitos Interfinanceiros	-	-	13.921	13.921	-
Depósitos a prazo	11.638	424	775.695	787.757	522.282
Total	143.048	424	789.616	933.088	622.184

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	100.346	89.177
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	100.346	89.177
Total circulante	100.346	89.177

Recursos do Crédito Rural	43.791	22.171
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	43.791	22.171
Total não circulante	43.791	22.171

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 25/06/2025, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	-	6.589
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	6.589
Total circulante	-	6.589

**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	2.378	2.789
Obrigações por convênios oficiais	10	9
Provisão para pagamentos a efetuar	6.243	3.368
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	2.698	2.719
Outras Contingências	1	17
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	781	789
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	199	226
Pendências a regularizar	39	72
Operações com cartões	42.572	31.451
Demais fornecedores	1.414	1.420
Credores diversos	4.695	3.140
Total circulante	61.030	46.000

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	4.781	4.781
Total não circulante	4.781	4.781

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

**NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	1.889	326	(249)	1.966
Cível	818	228	(326)	720
Tributária	12	-	-	12
Total	2.719	554	(575)	2.698

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	1.966	1.889
Cível	Provável	720	818
Tributária	Provável	12	12
Total		2.698	2.719

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 272; R\$ 1440; R\$ 2155 (2018 - R\$ 20 R\$ 1.751 e R\$ 2.156), respectivamente.

#### NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	54.786	49.721
Total de associados	74.646	64.247

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 5.065 (2018 – R\$ 5.163), sendo R\$ 3.696 (2018 – R\$ 3.194) via integralização de resultados e R\$ 3.067 (2018 – R\$ 3.412), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.170 (2018 – R\$ 3.588).

##### b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,35% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.243, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

##### c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

#### NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 420 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

#### NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	31.929	23.821
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(12.772)	(10.005)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	64	27
Provisão resgate de milhas cartão	35	(85)
Brindes e Doações	(106)	(94)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(79)	57
Receita com atos cooperativos	9.984	7.859
Juros sobre capital próprio	897	916
Prejuízo fiscal	-	98
Lucros e dividendos	11	29
Outros	25	23
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	325
Subtotal	10.831	9.155
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.941)	(851)



**NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	24.703	3.837
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 06)	517.095	369.527
Outros Créditos - Rendas a receber	1.136	1.160
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.446	1.020
Investimentos (Nota 09)	20.755	13.077
Intangível (Nota 10)	6.002	6.574
<b>Passivo</b>		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	13.921	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	144.137	111.348
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	-	6.589
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	42.074	30.374
Principal e juros dívida subordinada	4.980	5.007
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	575	192
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.445	5.080
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	34.369	24.894
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	420	-
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação no Mercado	303	-
Operações de Empréstimos e Repasses	7.719	6.334
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	4.476	3.478
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	13.008	10.790

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao	2018
Depósitos à vista	68	0,05%	472
Depósitos a prazo	1.636	0,21%	2.122
Operações de crédito	4.751	0,69%	2.681

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	7.243	6.909

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	958	753
Despesa de aluguéis	3.561	3.071
Despesa de comunicação	1.522	1.483
Despesa de manutenção e conservação	1.715	1.366
Despesa de material	571	522
Despesa processamento dados	1.262	1.082
Despesa de promoções e relações públicas	3.501	2.768
Despesa de propaganda e publicidade	284	414
Despesa de seguro	419	368
Despesa de serviços do sistema financeiro	4.497	3.624
Despesa de serviços de terceiros	1.275	844
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.455	2.308
Despesa de serviços de técnicos especializados	3.160	2.440
Despesa de serviços de transportes	2.606	2.287
Despesa de viagem	601	886
Despesa de depreciação e amortização	2.625	2.264
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.496	1.273
Dispêndio assistência educacional e social	1.467	1.152
Emolumentos judiciais e cartorarios	1.011	630
Taxas diversas	865	1.699
Outras despesas administrativas	7.594	4.601
Total	43.445	35.835

**NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	6.549	7.471
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	33.939	24.424
Reversão de provisões operacionais	3.281	2.652
Outras rendas operacionais	1.492	1.296
<b>Total</b>	<b>45.261</b>	<b>35.843</b>

(i) Refere-se a receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto a Cooperativa Central.

**NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.398	1.661
Contribuições Cooperativistas	207	197
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.508	1.029
Contribuição Confederação Sicredi	9.976	8.351
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.363	1.149
Encargos da administração financeira	174	162
Repasse administradora de Cartões	517	550
Outras despesas de Cartões	2.641	2.040
Juros e comissões	1.141	1.618
Outras provisões operacionais	2.264	2.170
Outras despesas operacionais	2.770	2.669
<b>Total</b>	<b>24.959</b>	<b>21.596</b>

**NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	58.276	44.602
Coobrigações em cessões de crédito	69	81
<b>Total</b>	<b>58.345</b>	<b>44.683</b>

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

## II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

## III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

## IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

## V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

## VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

## NOTA 25 – INDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>151.201</b>	124.206
<b>Nível I (NI)</b>	<b>149.209</b>	121.202
<b>Capital principal - CP</b>	<b>149.209</b>	121.202
Capital social	54.786	49.721
Reservas de capital	94.920	73.856
Lucros acumulados	5.505	4.198
Ajustes Prudenciais	(6.002)	(6.574)
<b>Nível II (NII)</b>	<b>1.992</b>	3.004
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	1.992	3.004
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>856.357</b>	665.137
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>4.421</b>	5.364
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>56.862</b>	49.003
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>17,66%</b>	18,67%
Situação de Imobilização (Imob)	24.327	19.965
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>16,09%</b>	16,07%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

## NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Marcelo Filinberti De Bortoli  
Diretor Executivo  
CPF: 678.276.750-34

Cristiano Martinelli  
Diretor de Operações  
CPF: 001.287.999-19

Patricia Cristiane de Oliveira Turini  
Contador  
CRC: PR-045808/O-5  
CPF: 785.823.269-04

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Mandaguari / PR, 11 de fevereiro de 2020

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Ivã Dionisio Mendes  
Conselheiro

Vilson Antonio Mantovani  
Conselheiro

Jose Maria Estrada  
Conselheiro